



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007236-15.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Maria Clara de Freitas e outro**
 Requerido: **New Age Viagens e Turismo Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que os autores alegaram ter contratado através da primeira ré um pacote de viagem para a Argentina, sendo o serviço intermediado pela segunda ré na condição de operadora.

Alegaram ainda que em razão de problemas de congestionamento não conseguiram chegar a tempo para o *check-in* e que no trajeto mantiveram contato com funcionária da primeira ré informando o que estava acontecendo.

Salientaram que essa funcionária entrou em contato com a segunda ré e ela os orientou a procurarem um funcionário no aeroporto, mas lá chegando não encontraram ninguém.

Assinalaram que tentaram resolver a pendência de diversas maneiras, sem êxito, de sorte que almejam ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportaram.

É incontroverso que todo o evento noticiado se deveu por culpa dos autores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Eles próprios admitiram que não chegaram a tempo para a realização do *check-in* da viagem que haviam adquirido e que isso teve ligação com o congestionamento no trânsito.

Ora, especialmente nos dias de hoje a circunstância invocada é absolutamente previsível e em consequência não milita em favor dos autores.

De outra banda, da mesma maneira não beneficiam os autores os demais aspectos que destacaram na petição exordial.

As rés não estavam obrigadas a funcionar após o horário comercial, até porque se assim fosse deveriam atuar quase ininterruptamente em decorrência dos horários em que muitas viagens acontecem, o que é inconcebível.

Ademais, como a transação foi concretizada com a participação das rés, sabe-se que a remarcação de passagens deve contar necessariamente com a iniciativa das mesmas.

Nenhum problema vislumbra-se nisso.

Como se não bastasse, não é crível até mesmo pela qualificação pessoal dos mesmos (apresenta-se o autor como engenheiro mecânico e a autora como psicóloga) que eles pudessem imaginar que o contrato que celebraram era composto somente do documento de fl. 22, pouco importando que não tivessem rubricado os de fls. 19/21.

Não detecto, enfim, nenhuma falha que pudesse ser imputada às rés.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) estabelecem que na esteira dos contratos um dos principais deveres de quem irá fazer uma viagem aérea, e especialmente internacional, é a de chegar com bastante antecedência ao respectivo aeroporto para que todos os procedimentos de praxe possam ser executados.

Não foi o que aqui se deu, porquanto o atraso dos autores foi o que na verdade atuou como pedra de toque para o episódio que se desenrolou em seguida.

A impossibilidade de remarcação das passagens, pelo horário em que tudo aconteceu, não pode ser atribuída às rés e nem mesmo a possível ausência de pessoa que pudesse atendê-los modifica o quadro delineado na medida em que, de um lado, não afasta a certeza de que foi deles a responsabilidade exclusiva pelo episódio e, de outro, não obrigaria ao funcionamento das rés no período noturno.

O panorama traçado, aliado à ausência de outros dados que apontassem para direção contrária, patenteia que a espécie vertente de fato cristalizou situação por parte dos autores de não comparecimento para o *check-in* (*no-show*).

Não há lastro, portanto, para a postulação de ressarcimento de danos morais precisamente porque nenhum ato ilícito se delineou, não se podendo olvidar que o ressarcimento da quantia devida pelos autores já foi implementado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**